



Critérios de atendimento pela Defensoria Pública de Minas Gerais





O que é **DEFENSORIA PÚBLICA?**

A Defensoria Pública é uma Instituição prevista na Constituição da República que possui a função de oferecer assistência e orientação jurídica integral e gratuita às pessoas que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade, seja ela econômica ou jurídica, decorrente da idade, gênero, deficiência, saúde mental ou ainda por circunstâncias sociais, étnicas ou culturais.



Critérios de atendimento

Esta Cartilha tem como objetivo orientar a população sobre os critérios utilizados pela Defensoria Pública de Minas Gerais para fins de atendimento.

Em regra, nosso serviço é prestado para aqueles que não possuem condições econômicas de pagar pela assistência jurídica de advogado. Essa é a chamada Vulnerabilidade Econômica.

Mas há outros tipos de vulnerabilidades que também permitem a atuação da Defensoria Pública, independente da condição econômica do interessado.

Da vulnerabilidade econômica

A pessoa que procura o atendimento da Defensoria Pública precisa comprovar que não possui capacidade financeira para pagar as custas do processo e um advogado particular sem comprometer seu próprio sustento e de sua família.

Seguem instruções para que seja solicitado este atendimento.

PESSOA FÍSICA *(tem que preencher os 4 critérios abaixo)*

1. Ter renda mensal individual de até 3 (três) salários mínimos ou renda mensal familiar de até 4 (quatro) salários mínimos
2. Não ter bens móveis de valor superior a 40 (quarenta) salários mínimos, exceto os instrumentos de trabalho
3. Não ter aplicação financeira ou investimentos de valor superior a 40 (quarenta) salários mínimos
4. Não ter bens imóveis em valor total superior a 300 (trezentos) salários mínimos

Se você ganha mais do que o valor acima, podem ser excluídos do cálculo os seguintes gastos:

- Rendimentos recebidos de programas oficiais do governo (exemplo: Bolsa Família) e benefícios assistenciais (exemplo: LOAS)
- Contribuição previdenciária oficial (exemplo: desconto do INSS no salário)
- Imposto de renda (exemplo: desconto do imposto no salário)
- Gastos mensais comprovados com tratamento de saúde ou aquisição de medicamentos de uso contínuo
- Pensão alimentícia paga aos dependentes



DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

- **Declaração recente do Imposto de Renda**
- **Contracheque ou declaração do empregador sobre o valor mensal recebido**
- **Extratos bancários atualizados**
- **Carteira de Trabalho**
- **Outros documentos que forem importantes para demonstrar a renda**

PESSOA JURÍDICA COM FINS LUCRATIVOS

- Ser optante do Simples Nacional
- Não remunerar sócio, administrador, empregado ou prestador de serviço em quantia superior a 3 (três) salários mínimos
- Não ser proprietária, titular de direito à aquisição, herdeira, legatária ou usufrutuária de bens móveis, imóveis ou direitos, cujos valores ultrapassem a quantia equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos.
- Não possuir recursos financeiros, tais como capital de giro, depósito bancário, aplicação financeira ou investimento, que totalizem valor superior a 40 (quarenta) salários mínimos.

PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS

Demonstrar que o objeto social da empresa se destina à defesa ou promoção de interesses da população de baixa renda ou tem relevante interesse social, e demonstrar que o pagamento de custas e advogado pode gerar risco de prejuízo para obtenção do objeto social.



DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

- **Declaração anual de imposto de renda**
- **Balanço patrimonial**
- **Demonstração de resultado do exercício**
- **Extratos bancários atualizados**
- **Contrato social atualizado**
- **Outros documentos indicativos da capacidade econômica, como por exemplo, demonstrar que o passivo é maior que o ativo da empresa.**

Outros tipos de vulnerabilidades

A Defensoria Pública também atua em favor daquela pessoa que procura atendimento, independente da comprovação da carência financeira, nos seguintes casos:

- Pessoas indefesas em processos criminais ou infracionais
- Mulher em situação de violência doméstica e familiar
- Pessoa com deficiência (física, mental, intelectual e sensorial)
- Criança e adolescente
- Pessoa em execução de pena
- Indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais
- Minorias raciais, étnicas, sexuais, religiosas, ou de outra natureza, nas questões relacionadas à discriminação derivada desta condição
- Vítimas de grandes desastres, nas questões relativas ao acidente
- Atingidos por grandes empreendimentos públicos ou privados, nas questões relacionadas ao impacto socioambiental
- Outras situações que poderão ser avaliadas pelo Defensor Público



IMPORTANTE

1. O Defensor Público poderá solicitar outros documentos que, se não forem entregues no prazo fixado, o interessado poderá ter o atendimento negado.
2. O interessado receberá a Declaração de Hipossuficiência Econômica e o Questionário de Pesquisa Socioeconômica, que deverão ser preenchidos com todos os dados para contato, como endereço, email e telefones, especialmente o número de celular para recebimento de mensagem por aplicativo (exemplo: WhatsApp).
3. A situação financeira do interessado será avaliada também usando outros critérios que não estão aqui previstos. Por isso é fundamental a apresentação de todos os documentos que o interessado achar importantes, bem como o preenchimento completo dos formulários e declarações, informando toda a sua realidade financeira.
4. O atendimento poderá ser negado se o Defensor Público entender que o interessado não se enquadra nos critérios para atendimento. Nesse caso, o interessado será orientado sobre a possibilidade recorrer dessa decisão.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua dos Guajajaras, 1707 – Barro Preto. Belo Horizonte, Minas Gerais.
CEP 30180-099

DIAGRAMAÇÃO: Ascom / Comunicação Visual / DPMG

IMAGEM/ILUSTRAÇÕES: br.freepik.com/vetores-gratis/template



www.defensoria.mg.def.br



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg

OUTUBRO
2020